



E-BOOK

100 QUESTÕES INÉDITAS

DE DIREITO PENAL

Modelo Cebraspe (C/E)

Olá, pessoal!

É com imensa satisfação que apresentamos o e-book de 100 questões inéditas de Direito Penal, no estilo da banca Cebraspe!

Como, ao longo de sua preparação, é fundamental que vocês resolvam diversas questões de concursos passados, sabemos que este material será de grande utilidade. Nosso objetivo é proporcionar mais uma valiosa ferramenta de estudo para deixá-los mais perto de sua aprovação.

Aproveitem muito este material! Bons estudos!

Equipe Estratégia Concursos



Estratégia Concursos



@estrategiaconcursos



@estrategia.concursos



Estrategia Concursos



Estratégia
Concursos

Julgue o item seguinte, relativo aos direitos e deveres individuais e coletivos e às garantias constitucionais e que guardam correlação direta com a pena a ser aplicada ao agente.

01. O princípio da individualização da pena determina que nenhuma pena passará da pessoa do condenado, razão pela qual as sanções relativas à restrição de liberdade não alcançarão parentes do autor do delito.

Comentário:

A questão traz o conceito do princípio da Intranscendência da Pena. O princípio da Individualização da Pena diz que a pena deve ser individualizada, conforme a gravidade do delito, mesmo que os infratores cometam o mesmo crime.

Portanto, o gabarito é ERRADO.

Gabarito: Errado.

A respeito da aplicação da lei penal, julgue o item a seguir.

02. A analogia constitui meio para suprir lacuna do direito positivado, mas, em direito penal, só é possível a aplicação analógica da lei penal in bonam partem, em atenção ao princípio da reserva legal, expresso no artigo primeiro do Código Penal.

Comentário:

O Princípio da reserva legal está descrito no artigo 1º do Código Penal e impõe que “Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal”. O desdobramento desse princípio é de que existe a necessidade de que a lei seja criada através de uma lei estrita e que essa lei seja também anterior e escrita, justamente para evitar o emprego de analogia para prejudicar o acusado. Lembrando que a analogia para beneficiar é admitida no direito penal.

Portanto, o gabarito é CERTO.

Gabarito: Certo.

Com relação ao tempo e ao lugar do crime e à aplicação da lei penal no tempo, julgue o item seguinte.

03. A superveniência de lei penal mais gravosa que a anterior não impede que a nova lei se aplique aos crimes continuados ou ao crime permanente, caso o início da vigência da referida lei seja anterior à cessação da continuidade ou da permanência.

Comentário:

É o inteiro teor da súmula 711 do STF, segundo a qual:

Súmula 711 do STF: A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência.

Portanto, o gabarito é CERTO.

Gabarito: Certo.

04. Na tentativa de entrar em território brasileiro com drogas ilícitas a bordo de um veículo, um traficante disparou um tiro contra agente policial federal que estava em missão em unidade fronteiriça. Após troca de tiros, outros agentes prenderam o traficante em flagrante, conduziram-no à autoridade policial local e levaram o colega ferido ao hospital da região. Nessa situação hipotética, para definir o lugar do crime praticado pelo traficante, o Código Penal brasileiro adota o princípio da ubiquidade.

Comentário:

Trata-se da Teoria da Ubiquidade a que se refere o art. 6º do Código Penal, segundo o qual:

Art. 6º - Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.

Portanto, o gabarito é CERTO.

Gabarito: Certo.

Julgue os itens a seguir com base no direito penal.

05. O fato de determinada conduta ser considerada crime somente se estiver como tal expressamente prevista em lei não impede, em decorrência do princípio da anterioridade, que sejam sancionadas condutas praticadas antes da vigência de norma excepcional ou temporária que as caracterize como crime.

Comentário:

O princípio da legalidade exige que o crime seja anterior aos fatos que ela visa tutelar, então o art. 1º do Código Penal acaba tornando falsa essa questão, havendo a necessidade de que a lei seja anterior.

Art. 1º - Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal.

Portanto, o gabarito é ERRADO.

Gabarito: Errado.

Com relação ao direito penal, julgue os itens subsecutivos.

06. Por meio do princípio constitucional da irretroatividade da lei penal, veda-se que norma penal posterior incida sobre fatos anteriores, assegurando-se, assim, eficácia e vigor à estrita legalidade penal. Nesse sentido, na Constituição Federal de 1988 (CF), garante-se a ultratividade da lei penal mais benéfica.

Comentário:

A constituição não veda que lei posterior possa ser aplicada a fatos anteriores. A regra é a da irretroatividade da lei penal, mas uma lei posterior mais benéfica pode ser utilizada, pode retroagir, para ser aplicada a fatos anteriores.

Gabarito: Errado.

Com relação aos delitos tipificados na parte especial do Código Penal, julgue o item subsecutivo.

07. A circunstância do descumprimento de medida protetiva de urgência imposta ao agressor, consistente na proibição de aproximação da vítima, constitui causa de aumento de pena na eventual prática do delito de feminicídio.

Comentário:

Disposição expressa do art. 121, § 7º, IV, do CP.

CP, Art. 121, § 7º A pena do feminicídio é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado:

IV - em descumprimento das medidas protetivas de urgência previstas nos incisos I, II e III do caput do art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. (Incluído pela Lei nº 13.771, de 2018)

Portanto, o gabarito é CERTO

Gabarito: Certo.

Acerca dos crimes previstos na parte especial do Código Penal, julgue o item a seguir.

08. De acordo com a doutrina e a jurisprudência dominantes, o chamado homicídio privilegiado-qualificado, caracterizado pela coexistência de circunstâncias privilegiadoras, de natureza subjetiva, com qualificadoras, de natureza objetiva, não é considerado crime hediondo.

Comentário:

Segundo o entendimento majoritário da doutrina, as circunstâncias de natureza privilegiada, por serem subjetivas, preponderam sobre a hediondez. Ademais, essa hipótese de homicídio híbrido não consta no rol de crimes hediondos do art. 1º da Lei 8072/90.

Portanto, o gabarito é CERTO.

Gabarito: Certo.

09. A incapacidade permanente para o trabalho, a enfermidade incurável e a debilidade permanente de membro, sentido e(ou) função, como resultado de lesão corporal, são consideradas gravíssimas.

Comentário:

A debilidade de membros, sentido ou função é uma lesão classificada como grave, não gravíssima, nos termos do art. 129, § 1º:

Art. 129. Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem:

Pena - detenção, de três meses a um ano.

Lesão corporal de natureza grave

§ 1º Se resulta:

III - debilidade permanente de membro, sentido ou função;

Portanto, o gabarito é ERRADO.

Gabarito: Errado.

Abordado determinado veículo em região de fronteira internacional, os policiais rodoviários federais suspeitaram da conduta do motorista: ele conduzia duas adolescentes com as quais não tinha nenhum grau de parentesco. Ao ser questionado, o condutor do veículo confessou que fora pago para conduzi-las a um país vizinho, onde seriam exploradas sexualmente. As adolescentes informaram que estavam sendo transportadas sob grave ameaça e que não haviam consentido com a realização da viagem e muito menos com seus propósitos finais.

Considerando a situação hipotética apresentada, julgue o item a seguir.

10. A conduta do motorista do veículo se amolda ao tipo penal do tráfico de pessoas, em sua forma consumada, incidindo, nesse caso, causa de aumento de pena, em razão de as vítimas serem adolescentes.

Comentário:

Trata-se de crime contra a pessoa. O agente TRANSPORTOU PESSOA, mediante GRAVE AMEAÇA, com a finalidade de EXPLORAÇÃO SEXUAL. Conduta que se enquadra ao tipo penal do tráfico de pessoas na forma consumada, ainda que, pela atuação do policial, ele não venha a se consumir, pois trata-se de um crime formal. Além disso, haverá uma causa de aumento de pena, por se tratar de adolescentes, prevista no art. 149, § 2º, I:

Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto:

Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

§ 2º A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido:

I – contra criança ou adolescente;

Portanto, o gabarito é CERTO.

Gabarito: Certo.

11. Dois desafetos se encontraram na praia e ainda na areia começaram a se insultar. Quando em determinado momento um deles, com a intenção de lesionar o outro, veio a empurrar o desafeto, ocasião em que a vítima caiu na areia e bateu com a cabeça em uma pedra que estava enterrada e que, nas circunstâncias do evento, não estava na esfera de previsibilidade do agente. Em razão disso, o agente responderá pelo crime de lesão corporal seguida de morte.

Comentário:

O agente responderá por lesão leve, uma vez que o art. 19 do Código Penal diz que o crime preterdoloso, como é o caso da questão, só ocorre quando o resultado culposamente é previsível. A morte será valorada pelo juiz na aplicação da pena.

CP, Art. 19 - "Pelo resultado que agrava especialmente a pena, só responde o agente que o houver causado ao menos culposamente". Lembre-se de que um dos elementos da culpa é a previsibilidade.

Portanto, o gabarito é ERRADO.

Gabarito: Errado.

Com base nas disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal, julgue o item a seguir.

12. O direito penal brasileiro não admite penas de banimento e de trabalhos forçados.

Comentário:

Disposição do art. 5º, inciso XLVII, alíneas 'c' e 'd', da Constituição Federal:

XLVII - não haverá penas:

c) de trabalhos forçados;

d) de banimento;

De fato, o direito penal brasileiro não admite as penas de banimento, nem de trabalho forçado, nem pena perpétua, nem cruel, nem pena de morte, salvo, neste último, em caso de guerra declarada.

Portanto, o gabarito é CERTO.

Gabarito: Certo.

13. Julgue o item a seguir, referente às teorias da finalidade do Direito Penal:

Uma das missões do Direito Penal é servir como instrumento de garantias para o criminoso.

Comentário:

Questão corretíssima! O direito penal também tem como missão proteger o indivíduo, assim como tem a missão de servir de controle social, juntamente com os demais ramos do direito, visando proteger o indivíduo em face

das reações sociais que o crime tende a provocar. Desse modo, o direito penal assegura direito ao criminoso, preserva a sua identidade e garante a ele o devido processo legal.

Portanto, está correta a afirmativa de que ele é um instrumento também para proteger o criminoso, assim o gabarito é CERTO.

Gabarito: Certo.

Com relação ao crime consumado e tentado e à lei penal no tempo e no espaço, julgue o item a seguir.

14. Considere que uma pessoa tenha sido denunciada pela prática de determinado fato definido como crime, que, em seguida, foi descriminalizado pela lei A. Posteriormente, foi editada a lei B, que revogou a lei A e voltou a criminalizar aquela conduta. Nessa situação, a última lei deve ser aplicada ao caso.

Comentário:

A nova lei, quando mais grave, denominada de *lex gravior*, não poderá retroagir, justamente pela condição mais gravosa que prejudicaria o réu. Desse modo, será aplicada a lei mais benéfica, ocorrendo, assim, a chamada ultratividade da lei A.

Portanto, o gabarito é ERRADO.

Gabarito: Errado.

15. Segundo entendimento do STJ, do STF e da doutrina dominante acerca do direito penal, julgue o item subsequente.

A ofensa à integridade corporal ou à saúde de outrem que resulte em perigo de morte configura o delito de lesão corporal gravíssima, segundo a doutrina.

Comentário:

Na verdade, o perigo de vida é lesão grave, não gravíssima, teor do artigo 129, § 1º, inciso II:

Art. 129. Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem:

Pena - detenção, de três meses a um ano.

Lesão corporal de natureza grave

§ 1º Se resulta:

II - perigo de vida;

O que pode levar o candidato a erro é o uso da expressão "perigo de morte" quando, na verdade, a lesão grave é "perigo de vida", a doutrina entende que se trata da mesma expressão.

Portanto, o gabarito é ERRADO.

Gabarito: Errado.

16. Segundo entendimento do STJ, do STF e da doutrina dominante acerca do direito penal, julgue o item subsequente.

O indivíduo que iluda, em parte, o pagamento de imposto devido pela entrada de mercadoria no país pratica o delito de descaminho.

Comentário:

Quase a literalidade do artigo 334 do Código Penal:

Descaminho

Art. 334. Iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria (Redação dada pela Lei nº 13.008, de 26.6.2014)

Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos.

É um crime praticado por particular contra a administração em geral e é importante destacar que não há proibição da importação e exportação de mercadoria, o que acontece é o não pagamento do respectivo imposto, por isso

é que resta configurado o crime de descaminho.

Portanto, o gabarito é CERTO.

Gabarito: Certo.

17. O direito penal não admite analogias incriminadoras. Essa afirmativa é uma decorrência do princípio da responsabilidade penal pessoal.

Comentário:

A questão está errada porque, na verdade, não é uma decorrência do princípio da responsabilidade penal pessoal, mas sim em decorrência do princípio da legalidade, que impõe, entre os seus desdobramentos, que a lei deve ser analisada de maneira estrita, evitando, assim, a analogia incriminadora. Lembrando que a analogia para beneficiar é admitida.

Portanto, o gabarito é ERRADO.

Gabarito: Errado.

18. No que concerne aos crimes contra a seguridade social, aos delitos contra a administração pública e aos crimes contra a fé pública, julgue o próximo item.

O delito de apropriação indébita previdenciária prescinde do dolo específico e constitui crime omissivo próprio, que se perfaz com a mera omissão de recolhimento da contribuição previdenciária dentro do prazo e das formas legais.

Comentário:

É pacífico, tanto no STJ quanto no STF, o entendimento de que, na apropriação indébita previdenciária, é prescindível o chamado *animus rem sibi habendi*, que é aquela vontade de se tornar dono da coisa, característica

do furto simples. Na apropriação indébita previdenciária, basta que o agente pratique a conduta omissiva de deixar de repassar as contribuições para a previdência, para configuração do delito, não havendo necessidade de se tornar dono da coisa alheia.

Apropriação indébita previdenciária (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

Art. 168-A. Deixar de repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo e forma legal ou convencional: (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

Portanto, o gabarito é CERTO.

Gabarito: Certo.

19. Considere que José, penalmente imputável, horas após ter sido injustamente provocado por João, agindo sob influência de violenta emoção, tenha desferido uma facada em João, o que resultou em sua morte.

Nessa situação, impõe-se em benefício de José, o reconhecimento do homicídio privilegiado.

Comentário:

Não se trata de homicídio privilegiado, pode-se falar de um homicídio com o benefício de uma atenuante, considerando que ele agiu não sob o domínio de violenta emoção, caracterizador do privilégio, mas sim com base na influência, o que faz incidir a atenuante, não o privilégio.

Art. 121. Matar alguém:

Pena - reclusão, de seis a vinte anos.

Caso de diminuição de pena

§ 1º Se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.

Portanto, o gabarito é ERRADO.

Gabarito: Errado.

20. Em relação às várias formas de aborto ilícito previstas pelo Código Penal, julgue o item seguinte.

A lei exige autorização judicial para o aborto realizado por médico em mulher que lhe solicita o abortamento do feto por ser ele resultante de estupro.

Comentário:

Questão errada porque a lei não exige autorização judicial para o aborto, o médico pode fazer independentemente de autorização judicial, desde que obtenha, o médico, provas de que houve o crime. Como exemplo de provas, temos o boletim de ocorrência, o depoimento de testemunhas e o inquérito policial.

Art. 128 - Não se pune o aborto praticado por médico:

II - se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal.

Portanto, o gabarito é ERRADO.

Gabarito: Errado.

21. Laura, funcionária pública a serviço do Brasil na Inglaterra, cometeu, naquele país, crime de peculato. Nessa situação, o crime praticado por Laura ficará sujeito à lei brasileira, em face do princípio da extraterritorialidade.

Comentário:

Questão correta, pois trata-se de uma das hipóteses de extraterritorialidade incondicionada lançadas no artigo CP, 7º, I, alínea 'c':

Art. 7º - Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro:

I - os crimes: (...)

c) contra a administração pública, por quem está a seu serviço; (...)

Portanto, o gabarito é CERTO.

Gabarito: Certo.

22. Rômulo sequestrou Lúcio, exigindo de sua família o pagamento de R\$ 100.000,00 como resgate. Nessa situação, o crime de extorsão mediante sequestro praticado por Rômulo é considerado crime habitual.

Comentário:

A extorsão mediante sequestro não é considerado um crime habitual, é considerado um crime formal que se consuma com a privação da liberdade da vítima, ainda que o agente não obtenha a indevida vantagem por conta do sequestro; se obtiver, tratar-se-á de mero exaurimento do crime.

Extorsão mediante seqüestro

Art. 159 - Seqüestrar pessoa com o fim de obter, para si ou para outrem, qualquer vantagem, como condição ou preço do resgate: Vide Lei nº 8.072, de 25.7.90 (Vide Lei nº 10.446, de 2002)

Pena - reclusão, de oito a quinze anos.

Portanto, o gabarito é ERRADO.

Gabarito: Errado.

23. No que concerne à aplicação espacial da lei, o Código Penal (CP) adotou o princípio geral da territorialidade temperada, segundo o qual a lei penal brasileira é aplicável às infrações cometidas no território brasileiro, independentemente da nacionalidade do autor ou da vítima do delito, ressalvados as convenções, os tratados e as regras do direito internacional.

Comentário:

Essa questão exige do candidato o conhecimento do que está disposto no art. 5º, *caput*, do Código Penal. "Art. 5º - *Aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional*".

Nossa territorialidade é temperada, justamente pela possibilidade de aplicação desses tratados e regras do direito internacional.

Portanto, o gabarito é CERTO.

Gabarito: Certo.

24. No que diz respeito aos diversos institutos previstos na parte geral do Código Penal, julgue o item seguinte. Em se tratando de abolitio criminis, serão atingidas pela lei penal as ações típicas anteriores à sua vigência, mas não os efeitos civis decorrentes dessas ações.

Comentário:

Disposição do art. 2º, *caput*, do Código Penal, em que a lei nova abolicionista cessa a execução e os efeitos penais da sentença condenatória, entretanto os efeitos civis, que são os extrapenais, permanecem por disposição legal desse artigo. "Art. 2º - *Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória*".

Portanto, o gabarito é CERTO.

Gabarito: Certo.

Acerca dos princípios gerais que norteiam o direito penal, das teorias do crime e dos institutos da Parte Geral do Código Penal brasileiro, julgue o item a seguir.

25. Considere que Manoel, penalmente imputável, tenha sequestrado uma criança com o intuito de receber certa quantia como resgate. Um mês depois, estando a vítima ainda em cativeiro, nova lei entrou em vigor, prevendo pena mais severa para o delito. Nessa situação, a lei mais gravosa não incidirá sobre a conduta de Manoel.

Comentário:

Aqui o candidato precisaria ter conhecimento do teor da súmula 711 do STF, que diz que, aos crimes continuados ou permanentes, que é o caso da questão, aplica-se a lei em vigor ao término da permanência, ainda que mais grave. Então, o erro está no momento em que a questão informa que a lei mais grave não incidirá, porque pode incidir se a lei mais grave estiver em vigor ao término da permanência. Súmula 711 do STF: "*A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência*".

Portanto, o gabarito é ERRADO.

Gabarito: Errado.

26. Julgue o item que se segue, relativo à aplicação da lei penal. Se o presidente do STF, em viagem oficial à Itália, for agredido por manifestante contrário à sua presença naquele país, resultando-lhe ferimentos graves, a essa hipótese aplicar-se-á a lei penal brasileira de forma incondicionada, com base no princípio da universalidade, ou da justiça universal.

Comentário:

Não constam no rol da extraterritorialidade incondicionada os crimes praticados contra ministro do STF. O que pode ser levado em consideração é o fato de o Presidente do STF ser brasileiro nato, impondo-se aí a aplicação do § 3º do art. 7º:

Art. 7º - Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro: (...)

§ 3º - A lei brasileira aplica-se também ao crime cometido por estrangeiro contra brasileiro fora do Brasil, se, reunidas as condições previstas no parágrafo anterior:

Apesar de que não se fala na questão qual é a nacionalidade do infrator, mas, de qualquer forma, não se impõe a extraterritorialidade incondicionada.

Portanto, o gabarito é ERRADO.

Gabarito: Errado.

27. Dado o reconhecimento, na CF, do princípio da retroatividade da lei penal mais benéfica como garantia fundamental, o advento de lei penal mais favorável ao acusado impõe sua imediata aplicação, mesmo após o trânsito em julgado da condenação. Todavia, a verificação da *lex mitior*, no confronto de leis, é feita in concreto, cabendo, conforme a situação, retroatividade da regra nova ou ultra-atividade da norma antiga.

Comentário:

A questão trata do fenômeno da extra-atividade da lei penal, fazendo com que a lei mais benéfica possa se movimentar para trás, no caso de retroatividade, ou fazer o movimento para frente, no caso de ultratividade. Portanto, o gabarito é CERTO.

Gabarito: Certo.

Maria e Aparecida, previamente ajustadas e com unidade de desígnios, subtraíram do interior de um escritório de contabilidade, de propriedade exclusiva de João, a importância de R\$ 10.000,00. Maria estava separada judicialmente de João, que era irmão de Aparecida. Um empregado de João levou o fato ao conhecimento da autoridade policial, que instaurou inquérito policial. Considerando essa situação hipotética, julgue o item a seguir.

28. A autoridade policial poderia instaurar o inquérito policial independentemente de qualquer manifestação por parte de João.

Comentário:

O art. 182 do Código Penal exige a representação do ofendido quando o furto for praticado por cônjuge judicialmente separado, no inciso I, e quando praticado por irmão, no inciso II. Dessa forma, João precisa representar contra a irmã e contra a ex-esposa para que seja desencadeado o processo de responsabilização. Portanto, o gabarito é ERRADO.

Gabarito: Errado.

29. Considere que Marcos, penalmente capaz, em comemoração à vitória de seu time de futebol, tenha disparado vários tiros para o alto, com arma de fogo de uso permitido, em uma praça pública de intensa movimentação e que, identificado e preso em flagrante pela conduta, tenha apresentado o porte e o registro da arma. Nessa situação, Marcos deverá responder pelo crime de expor a perigo a vida ou a saúde de outrem.

Comentário:

A questão trata do crime de disparo de arma de fogo em via pública, que é regido pelo art. 15 da lei 10.826 do Estatuto do Desarmamento. *"Art. 15. Disparar arma de fogo ou acionar munição em lugar habitado ou em suas adjacências, em via pública ou em direção a ela, desde que essa conduta não tenha como finalidade a prática de outro crime:*

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa".

Portanto, o gabarito é ERRADO.

Gabarito: Errado.

Acerca dos crimes dolosos contra a vida, nos termos da lei penal vigente, julgue o seguinte item.

30. O homicídio é classificado pela doutrina como crime instantâneo de efeitos permanentes.

Comentário:

Questão corretíssima. O homicídio é de fato um crime instantâneo, pois a sua consumação dá-se no exato momento, ela não se prolonga. Por exemplo, a pessoa toma um tiro e morre imediatamente, por isso é considerado de efeito instantâneo. É também de efeito permanente porque a consumação se dá no exato momento, mas os seus efeitos são prolongados (no caso do homicídio, são prolongados eternamente).

Portanto, o gabarito é CERTO.

Gabarito: Certo.

31. Há crimes em que a pessoa será, ao mesmo tempo, o sujeito ativo e o sujeito passivo do delito em face da sua própria conduta. Assim, se o indivíduo lesa o próprio corpo para receber o valor de seguro, ele é sujeito ativo de estelionato e passivo em face do dano resultante à sua integridade física.

Comentário:

Não há possibilidade de a pessoa ser ao mesmo tempo sujeito ativo e passivo da mesma infração penal, isso por conta do princípio da alteridade, que impõe a necessidade de que o agente pratique o crime atingindo bem jurídico (pessoa ou coisa) alheio. Essa é a razão pela qual o direito não pune a autolesão.

Portanto, o gabarito é ERRADO.

Gabarito: Errado.

32. Se o agente é primário e a coisa furtada é de pequeno valor, há furto privilegiado, caso em que o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuir a pena de um a dois terços ou aplicar somente a pena de multa.

Comentário:

Trata-se do furto privilegiado, também conhecido como furto mínimo, conforme o art. 155, § 2º, do Código Penal:

Art. 155 - Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

§ 2º - Se o criminoso é primário, e é de pequeno valor a coisa furtada, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar somente a pena de multa.

Portanto, o gabarito é CERTO.

Gabarito: Certo.

33. Situação hipotética: Alfa, aproveitando que Gama encontrava-se dormindo, com o intuito e escopo de poupá-lo de intenso sofrimento e acentuada agonia decorrentes de doença de desate letal, ceifou a sua vida. **Assertiva:** Nesse caso, Alfa responderia por homicídio privilegiado-qualificado, eis que, impelido por motivo de relevante valor moral, utilizou recurso que dificultou ou impossibilitou a defesa do ofendido.

Comentário:

Trata-se do homicídio qualificado-privilegiado. A questão é correta na medida em que está presente uma circunstância privilegiada, causa de diminuição prevista no art. 121, § 1º:

Art. 121. Matar alguém:

Pena - reclusão, de seis a vinte anos.

Caso de diminuição de pena

§ 1º Se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.

Além disso, ele é qualificado pelo fato de o agente matar a vítima dormindo, utilizando assim de um recurso que dificulta ou torna impossível a resistência da vítima. É possível a existência do homicídio qualificado-privilegiado, também chamado de híbrido, quando coadunam as circunstâncias privilegiadoras, de natureza subjetiva, com as qualificadoras, de natureza objetiva, do homicídio. Essas circunstâncias se encontram elencadas nos incisos III e IV do § 2º do art. 121 do Código Penal e estão relacionadas ao modo e ao meio de execução tal como ocorre na questão.

Art. 121(...)

Homicídio qualificado

§ 2º Se o homicídio é cometido:

III - com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum;

IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido;

Portanto, o gabarito é CERTO.

Gabarito: Certo.

34. João desferiu diversos golpes de faca no peito de Mário, sendo que, desde o início dos atos executórios, tinha a intenção de, com seus golpes, causar a morte do seu desafeto. No início, os primeiros golpes de faca causaram lesões leves em Mário. Na quarta facada, porém, as lesões se tornaram graves, e os últimos golpes de faca foram suficientes para alcançar o resultado morte pretendido. Nessa situação, para conseguir o resultado final mais grave, João praticou vários atos com crescentes violações ao bem jurídico, mas responderá apenas por um crime de homicídio por força do princípio da subsidiariedade, por se tratar de progressão criminosa.

Comentário:

Trata-se da aplicação do princípio da consunção, tendo em vista que, sendo uma única intenção criminosa (a morte do desafeto), o agente pratica várias infrações penais (no caso, várias lesões corporais) com a finalidade de alcançar o objetivo final morte. Sendo as lesões corporais meios necessários para o alcance do objetivo final de João, ele será punido apenas pelo crime final, ou seja, o homicídio. A progressão criminosa aponta para o caso do agente que tem um dolo inicial menos grave e posteriormente resolve executar um crime mais grave (seria o caso de o agente dar uma facada apenas com a intenção de lesionar a vítima e, posteriormente, nascesse-lhe o desejo de matar, motivo pelo qual desferiu mais outras facadas até alcançar o resultado). Já no chamado crime progressivo, o agente precisa praticar conduta menos grave como meio para alcançar um crime mais grave, mas, desde o início, possui a intenção de praticar o crime mais gravoso, como é o caso do exemplo dado pela questão. Portanto, o gabarito é ERRADO.

Gabarito: Errado.

35. À luz da aplicação da lei penal no tempo, dos princípios da anterioridade, da irretroatividade, retroatividade e ultratividade da lei penal, julgue o item a seguir. Tício foi processado pelo delito de adultério (art. 240, CP) em dezembro de 2004, sendo que a Lei n. 11.106, de 28 de março de 2005, aboliu o crime em questão. Caso Tício já tenha sido condenado antes de março de 2005, permanecerá sujeito à pena prevista na sentença condenatória.

Comentário:

A *abolitio criminis* faz cessar todos os efeitos penais da condenação e, nos moldes do art. 2º, parágrafo único, do CP, “a lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado”, resultando em causa de extinção da punibilidade (art. 107, inciso III, CP).

Art. 107 - Extingue-se a punibilidade:

III - pela retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso;

Portanto, o gabarito é ERRADO.

Gabarito: Errado.

36. Considere, abaixo, a norma disposta no art. 7º, inciso II, alínea c, do Código Penal.

“Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro [...], os crimes [...] praticados em aeronaves ou embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, quando em território estrangeiro e aí não sejam julgados”. Esse inciso II, em sua alínea c, define o princípio da representação.

Comentário:

De acordo com o princípio da representação, também denominado princípio do pavilhão, da bandeira, subsidiário ou da substituição, deve ser aplicada a lei penal brasileira aos crimes cometidos em aeronaves ou embarcações

brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, quando estiverem em território estrangeiro e aí não sejam julgados. É adotado pelo artigo 7º, inciso II, alínea "c", do Código Penal.

Art. 7º - Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro:

II - os crimes:

c) praticados em aeronaves ou embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, quando em território estrangeiro e aí não sejam julgados.

Portanto, o gabarito é CERTO.

Gabarito: Certo.

37. Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou privada, onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar.

Comentário:

Artigo 5º, § 1º, do CP.

Art. 5º - Aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional.

§ 1º - Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar.

Portanto, o gabarito é ERRADO.

Gabarito: Errado.

38. Pedro praticou no exterior crime sujeito à lei brasileira e foi condenado a 1 ano de reclusão no exterior e a 2 anos de reclusão no Brasil. Cumpriu a pena no exterior e voltou ao Brasil, tendo sido preso em razão do mandado de prisão expedido pela justiça brasileira. Nesse caso, a pena cumprida no exterior será atenuada na pena imposta no Brasil e, assim, Pedro terá que cumprir mais 1 ano de reclusão.

Comentário:

De acordo com o Art. 8º do Código Penal, “A pena cumprida no estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou nela é computada, quando idêntica”.

Portanto, o gabarito é CERTO.

Gabarito: Certo.

39. No caso do crime de extorsão mediante sequestro, se, durante o período em que a vítima se encontre sob o poder dos sequestradores, passar a vigor norma penal que preveja majoração da pena, será aplicada a lei penal anterior, mais favorável aos autores, aplicando-se a retroatividade da lei penal mais benéfica, nos moldes do artigo 5º, inciso XL, da CF.

Comentário:

Se, durante o cometimento do crime continuado ou permanente, surgir uma lei maléfica, essa será aplicada, vez que os crimes aconteceram na vigência da lei mais gravosa. Consoante orientação da Súmula 711 do STF, que assim preceitua: “A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência”.

Portanto, o gabarito é ERRADO.

Gabarito: Errado.

40. André, ginecologista, foi procurado por Zélia, que estava grávida de seu amante Joaquim. Zélia solicitou que André interrompesse sua gravidez, mediante a utilização de uma curetagem, objetivando esconder a traição. André, que era inimigo de Joaquim, efetuou um procedimento cirúrgico causando a expulsão do embrião e, para se vingar de Joaquim, retirou os dois ovários de Zélia. Assim, pode-se afirmar que, nesta situação hipotética, André responderá pelo crime de aborto com o consentimento da gestante (artigo 126 do CP) e também pelo crime de lesão corporal gravíssima (se resulta perda ou inutilização de função – artigo 129, § 2º, III do CP).

Comentário:

Responderá por dois crimes e não por abortamento agravado pela lesão corporal, vez que André provocou o aborto com o consentimento válido da gestante, havendo a interrupção da gravidez e destruindo o produto da concepção. Em uma conduta diversa e dolosa, realizou a esterilização involuntária em Zélia, assim há também o crime de lesão corporal de natureza gravíssima pela perda da função reprodutiva.

CP:

Art. 126 - Provocar aborto com o consentimento da gestante: (Vide ADPF 54)

Pena - reclusão, de um a quatro anos.

Lesão corporal

Art. 129. Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem:

Pena - detenção, de três meses a um ano.

§ 2º Se resulta:

III perda ou inutilização do membro, sentido ou função;

Portanto, o gabarito é CERTO.

Gabarito: Certo.

41. Maria, que estava sob a influência do estado puerperal, em face de ter acabado de dar à luz, estando sonolenta pela medicação que lhe fora ministrada, ao revirar na cama, acabou sufocando seu filho, que se encontrava ao seu lado na cama, matando-o. Logo, Maria deverá responder pelo crime de infanticídio na forma culposa, tendo em vista que não teve a intenção de matar o filho e nem assumiu o risco de produzi-lo.

Comentário:

Apesar de estar em estado puerperal, a conduta da mãe não demonstrou dolo ao praticar o infanticídio, e não existe infanticídio culposo, mas apenas na modalidade dolosa.

Na situação descrita, seria possível falar, ainda, em homicídio culposo, cabendo o instituto do perdão judicial (art. 121, § 5º, do CP).

Art. 121(...)

§ 5º - Na hipótese de homicídio culposo, o juiz poderá deixar de aplicar a pena, se as consequências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária.

Portanto, o gabarito é ERRADO.

Gabarito: Errado.

42. Jacira, ao sair de sua residência, foi rendida por dois homens, que portavam armas de fogo, e colocada no porta-malas do seu próprio veículo. Os marginais percorreram por muitas horas vários bairros, sendo exigido sempre de Jacira efetuar vários saques bancários em contas de sua titularidade, sempre sob a ameaça de armas, inclusive sob a ameaça de ser violentada sexualmente. Logo, Jacira foi vítima do delito de extorsão mediante sequestro, conduta criminosa tipificada no artigo 159 do CP.

Comentário:

O caso não trata de um possível resgate pelo sequestro, como está descrito no Artigo 159 do Código Penal. Se a intenção é extorsão através de um sequestro, falamos da extorsão mediante sequestro. Porém, se a intenção é a

extorsão direta através da vítima, como levá-la para sacar dinheiro em um caixa eletrônico, falamos de extorsão qualificada (o chamado “sequestro relâmpago”) previsto no Artigo 158, parágrafo terceiro, do Código Penal.

Art. 158 - Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar de fazer alguma coisa:

Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa.

§ 3º Se o crime é cometido mediante a restrição da liberdade da vítima, e essa condição é necessária para a obtenção da vantagem econômica, a pena é de reclusão, de 6 (seis) a 12 (doze) anos, além da multa; se resulta lesão corporal grave ou morte, aplicam-se as penas previstas no art. 159, §§ 2º e 3º, respectivamente.

Portanto, o gabarito é ERRADO.

Gabarito: Errado.

43. No roubo próprio, a violência ou grave ameaça contra a pessoa são empregadas logo depois de subtraída a coisa, a fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para terceiro. Já no roubo impróprio, a violência, grave ameaça ou qualquer meio que reduza a capacidade de resistência, são empregados contra a vítima antes ou durante a subtração do bem.

Comentário:

ROUBO PRÓPRIO - Art. 157 do CP: “Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa (VIOLÊNCIA PRÓPRIA), ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência (VIOLÊNCIA IMPRÓPRIA): Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa.” E ROUBO IMPRÓPRIO: “§ 1º - Na mesma pena incorre quem, logo depois de subtraída a coisa, emprega violência contra pessoa ou grave ameaça, a fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para terceiro”.

Portanto, o gabarito é ERRADO.

Gabarito: Errado.

44. É pressuposto do delito de fraude processual tipificado no artigo 347 do CP, que a fraude seja praticada na pendência de processo civil ou administrativo. Se a fraude for destinada a produzir efeito em processo penal, o crime subsiste, ainda que o processo não tenha sido iniciado, devendo ser aplicado, nesse caso, o aumento de pena de 1/3 a 1/2.

Comentário:

De acordo com o artigo 347, parágrafo único, do CP: “Se a inovação se destina a produzir efeito em processo penal, ainda que não iniciado, as penas aplicam-se em dobro”.

Portanto, o gabarito é ERRADO.

Gabarito: Errado.

Um cidadão vai a uma delegacia de polícia para informar que, na casa de um vizinho, há documentos que provam a autoria de diversos crimes contra a ordem econômica. O Delegado de Polícia, diante dessa denúncia, determina a expedição de um mandado de busca e apreensão, entregue a dois agentes de polícia. De posse do mandado, os agentes compareceram à casa do denunciado às 21h30, pretendendo revistar a sua residência. O denunciado, morador e proprietário do imóvel, impede que os agentes entrem em sua residência, trazendo consigo dois cachorros ferozes.

45. No caso, o denunciado cometeu o crime de desobediência tipificado no artigo 330 CP.

Comentário:

A ordem é ilegal, vez que mandado de busca e apreensão não pode ser expedido por Delegado de Polícia, e os agentes não poderiam entrar no domicílio para cumprimento, ainda que munido de mandado, pois no período da noite só seria possível com o consentimento do morador e/ou em situação flagrancial, ou em caso de desastre. “Art. 5 CF XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.”

Portanto, o gabarito é ERRADO.

Gabarito: Errado.

Julgue o item seguinte, a respeito da aplicação da lei penal no tempo e das regras de extra-atividade.

46. A lei penal que, de qualquer modo, favorece o agente tem, em regra, efeito extra-ativo, podendo, desta forma, retroagir ou avançar no tempo e, assim, aplicar-se ao fato praticado antes de sua entrada em vigor, bem como depois de revogada, continuar a regular os fatos praticados durante o período em que ainda vigia. Tal não ocorre, excepcionalmente, com as leis temporárias e excepcionais, que, sendo favoráveis ao agente, terão somente efeito retroativo.

Comentários:

A primeira parte da questão está correta. Apenas a parte final é que apresenta erro, afinal as leis excepcionais (aquelas editadas para atender às necessidades transitórias do Estado) e as leis temporárias (aquelas que já trazem em seu texto o respectivo prazo de vigência) são dotadas também de ULTRATIVIDADE, ou seja, produzem efeitos mesmo depois de cessada sua vigência, nos termos do art. 3º do Código Penal.

Art. 3º - A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.

Portanto, o gabarito é ERRADO.

Gabarito: Errado.

No que se refere à aplicação temporal e espacial da lei penal, julgue o item seguinte.

47. Conforme disposição expressa do código penal em relação ao lugar do crime, para os efeitos de aplicação da lei penal brasileira, o termo “onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado” diz respeito, respectivamente, à consumação e à tentativa.

Comentário:

A expressão está disposta no art. 6º do Código Penal, segundo o qual: “Art. 6º - Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-

se o resultado”. Verifica-se, portanto, que o termo “onde se produziu (...) o resultado” indica a consumação de um crime e o termo “onde (...) deveria produzir-se o resultado” indicada a tentativa. Correta a questão, portanto.

Gabarito: Certo.

Ainda sobre a teoria geral da norma penal, especificamente no que atine à aplicação temporal e espacial, analise a situação hipotética a seguir e julgue o item abaixo.

A bordo do Navio-Escola Raposo Tavares, da Marinha do Brasil, ancorado no porto de Tóquio, capital japonesa, Luccio, cozinheiro italiano, desferiu três disparos em Thomas, cidadão americano, no decorrer de uma discussão. Contudo, em virtude da inabilidade de Luccio para manejar a arma, os tiros atingiram Yan, cidadão holandês que também estava a bordo.

48. Nessa situação, em decorrência do princípio da territorialidade, aplicar-se-á a lei penal brasileira.

Comentários:

Segundo Art. 5º - “Aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional”. O § 1º do mesmo artigo prevê que “Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem...”. A questão tenta confundir o candidato por causa de o navio estar ancorado fora do território brasileiro, bem como pela nacionalidade do agente e das vítimas.

NÃO SE ESQUEÇA: Embarcação Pública brasileira é considerada, para fins penais, EXTENSÃO DO TERRITÓRIO NACIONAL, onde quer que se encontrem.

Portanto, o gabarito é CERTO.

Gabarito: Certo.

Julgue o item seguinte, a respeito da sucessão de leis penais no tempo.

49. Ainda que se trate de crime permanente, a novatio legis in pejus não poderá ser aplicada se efetivamente agravar a situação do réu.

Comentários:

A questão é boa, porque foge à regra de que, em relação à sucessão intertemporal, deve-se aplicar a lei que mais beneficie o acusado. Isso acontece porque ela trata de crime permanente (aquele cuja consumação se prolonga no tempo), a exemplo da extorsão mediante sequestro em que, a cada dia de cativo, é como se o crime estivesse sendo praticado. Assim, se, durante um crime permanente, sobrevém lei penal mais grave, é ela que deve ser aplicada, segundo orientação da Súmula 711 do STF, segundo a qual: *“A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência”*.

Portanto, o gabarito é ERRADO.

Gabarito: Errado.

Julgue o item a seguir considerando os princípios constitucionais e legais informadores da lei penal.

50. A lei material penal terá vigência imediata quando for editada por meio de medida provisória, impactando diretamente a condenação do réu se a denúncia já tiver sido recebida.

Comentários:

“Não há crime sem LEI anterior que o defina”. A questão deve ser analisada sob a ótica do PRINCÍPIO DA RESERVA LEGAL (art. 1º CP), segundo o qual está RESERVADO à LEI a criação de tipos penais. Medida Provisória não é lei (apesar de ter poder cogente), pois, se assim fosse, estaria a violar tal princípio, bem como o próprio art. 62 da CF, que, na alínea b do § 1º, veda a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa, entre outras, a direito penal.

Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.

§ 1º É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria:

b) direito penal, processual penal e processual civil;

Portanto, o gabarito é ERRADO.

Gabarito: Errado.

51. O Homicídio qualificado pelo meio cruel, praticado com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum, traz exemplo da chamada interpretação teleológica.

Comentários:

Com efeito, o que o art. 121, § 2º, III, traz, é modalidade de interpretação analógica, ou seja, um processo de averiguação do sentido da norma jurídica, valendo-se de elementos fornecidos pela própria lei, através do método de semelhança, em que o legislador aponta de maneira casuística alguns exemplos de modo cruel, como no caso da questão: veneno, asfixia, explosivo, fogo, encerrando o dispositivo de maneira genérica (“... ou outro meio insidioso ou cruel...”), a fim de que o intérprete possa utilizá-los em casos semelhantes, como a defenestração, o apedrejamento, entre outros. A interpretação teleológica, por seu turno, busca revelar ao intérprete os fins da norma legal.

Art. 121. Matar alguém:

§ 2º Se o homicídio é cometido:

III - com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum;

Portanto, o gabarito é ERRADO.

Gabarito: Errado.

No que concerne às disposições contidas no código penal, sobre os crimes contra o patrimônio, julgue o item a seguir.

52. Se o agente é primário e a coisa furtada é de pequeno valor, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuir a pena de um a dois terços ou aplicar somente a pena de multa.

Comentários:

Questão tranquila que trata do furto privilegiado. Ela menciona quase que *ipsis literis* o § 2º do artigo 155 do CP, segundo o qual: "Se o criminoso é primário, e é de pequeno valor a coisa furtada, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar somente a pena de multa". Cuidado apenas porque, muitas vezes, o examinador na prova troca o índice de diminuição de pena, mas aqui está correto. Portanto, o gabarito é CERTO.

Gabarito: Certo.

Em relação aos crimes contra a pessoa e à imputabilidade penal, julgue o item seguinte.

53. O perdão judicial será concedido ao autor que tenha cometido crime de homicídio doloso se as consequências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária.

Comentários:

De acordo com o § 5º do artigo 121 do CP, "*Na hipótese de homicídio culposo, o juiz poderá deixar de aplicar a pena, se as consequências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária*". Perceba que a questão informa que o homicídio é doloso. CUIDADO: Só cabe perdão judicial nas hipóteses de homicídio CULPOSO.

Portanto, o gabarito é ERRADO.

Gabarito: Errado.

Julgue o item seguinte, a partir da situação hipotética apresentada.

54. Caio, maior e imputável, foi preso em flagrante por agentes da PCDF, enquanto praticava conduta destinada a furtar sinal de TV a cabo. Desta forma, de acordo com o atual entendimento do Supremo Tribunal Federal, aplica-se a analogia ao caso concreto, no sentido de se imputar ao agente a prática do delito do art. 155 § 3º, o crime de furto de energia elétrica

Comentários:

Aqui, STJ e STF possuem entendimentos divergentes. A questão pede o entendimento do STF. É cediço que o art. 155, § 3º, do Código Penal, equipara coisa móvel à energia elétrica ou qualquer outra com valor econômico:

Art. 155 - Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

§ 3º - Equipara-se à coisa móvel a energia elétrica ou qualquer outra que tenha valor econômico.

Entretanto, o STF tem entendido que a ligação clandestina de sinal de TV a cabo não pode ser equiparada à energia e, via de consequência, proíbe o manejo de analogia ao art. 155, § 3º, do Código Penal, pois, se assim fosse, tal mecanismo seria utilizado *in malam partem*, o que é vedado no Direito Penal, sob pena de ofensa ao princípio da reserva legal. O STJ, por sua vez, entende possível a equiparação.

Portanto, o gabarito é ERRADO.

Gabarito: Errado.

Sobre os crimes contra a administração, julgue o item seguinte.

55. Para fins penais, pode ser considerado como funcionário público o voluntário que em razão de pandemia de coronavírus, transitoriamente, auxilia como enfermeiro em hospital público da administração direta municipal, em razão de excepcional estado de calamidade pública e da insuficiência de cargos públicos preenchidos pelo hospital na especialidade.

Comentários:

Segundo disposição do art. 327 do CP, “Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública”. Note que o CP ampliou o conceito de funcionário público para fins penais. Dessa forma, mesmo aquele que exerce cargo, emprego ou função pública de forma transitória (como no caso da questão), ainda que sem remuneração, é considerado funcionário público para fins penais. Portanto, o gabarito é CERTO.

Gabarito: Certo.

Antônio, funcionário público do órgão de trânsito estadual, valendo-se da sua condição, de maneira livre e consciente, apropriou-se de um notebook pertencente à sua repartição e que estava sob sua posse em razão de seu cargo. Antônio chegou a presentear seu filho mais novo com o notebook, a fim de que aquele pudesse produzir vídeos para o youtube. Todavia, após a apuração dos fatos, Antônio devolveu o referido bem, mas, ainda assim, foi denunciado pela prática de peculato-próprio (na modalidade apropriação). Com base na situação-problema e considerando a disciplina dos crimes contra a administração pública, julgue o item subsecutivo.

56. A devolução do bem apropriado indevidamente por Antônio antes do recebimento da denúncia configura reparação do dano à administração, apta a ensejar causa de extinção da punibilidade do crime de peculato-apropriação.

Comentários:

Cuidado. O caso em comento traz situação relacionada à prática de peculato DOLOSO, afinal Antônio agiu de maneira livre e consciente para se apropriar do *notebook*, de que tinha a posse, valendo-se da facilidade que lhe proporciona o cargo. A reparação do dano apta a encetar a extinção da punibilidade somente pode ocorrer na hipótese de peculato CULPOSO, a teor do que preceitua o art. 312, § 3º, do CP, segundo o qual: “§ 3º - No caso do parágrafo anterior (PECULATO CULPOSO), a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta”.

Portanto, o gabarito é ERRADO.

Gabarito: Errado.

57. Gabriel e Henrique, estagiários de economia, fazendo-se passar por fiscais do órgão fazendário estadual, compareceram em determinada importadora alegando que teriam de cumprir uma ordem judicial de busca e apreensão de parte da mercadoria, por suspeita de sonegação tributária e que para não cumprir os mandados, solicitaram a quantia de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), que foi paga naquele instante. Nessa situação, Gabriel e Henrique responderão pelo crime de corrupção passiva, em razão da solicitação de vantagem indevida.

Comentários:

Cuidado. Gabriel e Henrique não ostentam a condição ou qualidade de funcionários públicos, por isso não podem responder pelo crime de corrupção passiva. A questão tenta conduzir ao erro no momento em que informa que os agentes "solicitaram" vantagem indevida, conduta descrita no crime de corrupção passiva. Com efeito, os agentes se passam por funcionários públicos e, assim, cometem o crime de usurpação de função pública, a teor do art. 328 do CP: “Usurpar o exercício de função pública”.

Portanto, o gabarito é ERRADO.

Gabarito: Errado.

Sobre a lei penal no tempo e no espaço, julgue os itens seguintes:

58. Consideram-se como extensão do território nacional as embarcações a serviço do governo brasileiro, desde que estejam em alto-mar.

Comentário:

Item errado, pois as embarcações a serviço do governo brasileiro são consideradas como extensão do território nacional ONDE QUER QUE SE ENCONTREM, na forma do art. 5º, § 1º, do CP:

Art. 5º (...)

§ 1º - Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 1984)

Portanto, o gabarito é ERRADO.

Gabarito: Errado.

59. Em se tratando de crime contra o patrimônio ou a fé pública da União, cometido no estrangeiro, será aplicável a lei penal brasileira, ainda que o agente tenha sido absolvido no estrangeiro e nunca mais retorne ao Brasil.

Comentário:

Item correto, pois, nesse caso, temos hipótese de extraterritorialidade incondicionada, prevista no art. 7º, I, “b”, do CP:

Art. 7º - Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 1984)

I - os crimes: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

(...)

b) contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território, de Município, de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público; (Incluído pela Lei nº 7.209, de 1984)

Nesses casos, o agente é punido de acordo com a lei brasileira ainda que absolvido ou condenado no estrangeiro. Seu retorno ao Brasil também não é necessário, pois são dispensadas as condições do §2º do art. 7º do CP:

Art. 7º (...)

§ 1º - Nos casos do inciso I, o agente é punido segundo a lei brasileira, ainda que absolvido ou condenado no estrangeiro. (Incluído pela Lei nº 7.209, de 1984)

Portanto, o gabarito é CERTO.

Gabarito: Certo.

60. A superveniência de lei penal mais gravosa não impede sua aplicação aos crimes permanentes, desde que sua vigência seja posterior à cessação da permanência.

Comentário:

Item errado, pois a superveniência de lei penal mais gravosa não impede sua aplicação aos crimes permanentes, desde que sua vigência seja ANTERIOR à cessação da permanência, ou seja, desde que a nova lei mais grave entre em vigor DURANTE o crime permanente, na forma da súmula 711 do STF:

Súmula 711 do STF: *A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência.*

Portanto, o gabarito é ERRADO.

Gabarito: Errado.

61. O Código Penal brasileiro adotou a teoria da ubiquidade no que tange ao tempo do crime, considerando praticado o delito no momento da conduta, ainda que outro seja o momento do resultado.

Comentário:

Item errado, pois o Código Penal brasileiro adotou a teoria da ATIVIDADE no que tange ao tempo do crime, conforme art. 4º do CP:

Art. 4º - Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 1984)

Portanto, o gabarito é ERRADO.

Gabarito: Errado.

TEXTO-BASE para os itens 62 e 63:

Situação hipotética: José, mediante o emprego de arma de fogo, subtraiu para si o celular e a bolsa de Maria. Preso em flagrante minutos depois do crime, a duas quadras do local da infração, José foi conduzido à delegacia, tendo sido recuperados os bens subtraídos e apreendida a arma usada no crime. Os peritos, posteriormente, constataram que a arma de fogo era inapta a produzir disparos.

Atento ao caso narrado, julgue os itens seguintes:

62. Nesse caso, a majorante do emprego de arma de fogo não será aplicável.

Comentário:

Item correto, pois a jurisprudência entende que a majorante do emprego de arma de fogo não se aplica quando se trata de arma desmuniada ou inapta a produzir disparos (quebrada). Ver, por todos: STJ - AgRg no REsp 1532816 / SP.

Portanto, o gabarito é CERTO.

Gabarito: Certo.

63. José deverá responder pelo crime de roubo, em sua forma consumada, sendo irrelevante o fato de os bens subtraídos terem sido recuperados brevemente após o crime.

Comentário:

Item correto, pois o crime de roubo consuma-se quando o agente, após empregar violência ou grave ameaça, consegue ter a posse sobre a coisa, ainda que por um breve espaço de tempo e ainda que não seja uma posse mansa, pacífica e desvigiada, na forma da súmula 582 do STJ:

Súmula 582 do STJ: *Consuma-se o crime de roubo com a inversão da posse do bem mediante emprego de violência ou grave ameaça, ainda que por breve tempo e em seguida à perseguição imediata ao agente e recuperação da coisa roubada, sendo prescindível a posse mansa e pacífica ou desvigiada.*

Portanto, o gabarito é CERTO.

Gabarito: Certo.

TEXTO-BASE para os itens 64 A 66:

Situação hipotética: Maria, moça de 12 anos de idade, descobriu estar grávida, mas como não desejava a gestação, dirigiu-se a uma clínica clandestina, de responsabilidade de José, rapaz de 25 anos, estudante de medicina, dando a este o consentimento para que fosse realizada a manobra abortiva, o que efetivamente aconteceu.

Atento ao caso narrado, julgue os itens seguintes:

64. José incorrerá nas penas do crime de aborto provocado por terceiro sem o consentimento da gestante.

Comentário:

Item correto, pois, nesse caso, o consentimento prestado por Maria é irrelevante, já que possui menos de 14 anos de idade, motivo por que José deverá incorrer nas penas do crime de aborto praticado por terceiro SEM o consentimento da gestante (já que o consentimento aqui é inválido), na forma do art. 126, § único, do CP:

Art. 126 (...) Parágrafo único. Aplica-se a pena do artigo anterior, se a gestante não é maior de quatorze anos, ou é alienada ou debil mental, ou se o consentimento é obtido mediante fraude, grave ameaça ou violência

Logo, o gabarito é CERTO.

Gabarito: Certo.

65. Caso sobrevenha a Maria lesão corporal grave, a pena de José será aumentada de um terço, e duplicada se sobrevier a esta a morte.

Comentário:

Item correto, pois essa é a exata previsão do art. 127 do CP:

Art. 127 - As penas cominadas nos dois artigos anteriores são aumentadas de um terço, se, em consequência do aborto ou dos meios empregados para provocá-lo, a gestante sofre lesão corporal de natureza grave; e são duplicadas, se, por qualquer dessas causas, lhe sobrevém a morte.

Como se vê, no caso de aborto provocado por terceiro, tais consequências (lesão grave e morte) geram aumento de pena.

Portanto, o gabarito é CERTO.

Gabarito: Certo.

66. Se restar comprovado posteriormente que a gravidez de Maria era decorrente de estupro, José ficará isento de pena.

Comentário:

Item errado, pois a interrupção da gravidez decorrente de estupro, para não configurar crime, deve ser praticada por MÉDICO. Além disso, deve haver o consentimento do representante legal da gestante, no caso de menor de 18 anos de idade:

Art. 128 - Não se pune o aborto praticado por médico: (Vide ADPF 54)

(...)

II - se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal.

Portanto, o gabarito é ERRADO.

Gabarito: Errado.

Sobre as lesões corporais, julgue o item subsequente.

67. Haverá lesão corporal grave caso sobrevenha à vítima debilidade permanente de membro, sentido ou função, incapacidade permanente para o trabalho ou enfermidade incurável.

Comentário: Concursos

Item errado, pois, no caso de incapacidade permanente para o trabalho ou enfermidade incurável, haverá lesão corporal gravíssima, conforme art. 129, § 2º, I e II, do CP:

Art. 129 (...)

§ 2º Se resulta:

I - Incapacidade permanente para o trabalho;

II - enfermidade incurável;

Portanto, o gabarito é ERRADO.

Gabarito: Errado.

Sobre os crimes contra o patrimônio, julgue o item seguinte.

68. A energia elétrica ou qualquer outra que possua valor econômico é equiparada à coisa móvel para fins de furto, nos termos do Código Penal.

Comentário:

Item correto, pois essa é a exata previsão do art. 155, § 3º, do CP:

Art. 155 (...)

§ 3º - Equipara-se à coisa móvel a energia elétrica ou qualquer outra que tenha valor econômico.

Vale frisar que é necessário que se trate de energia que tenha valor econômico, eis que o furto é um crime patrimonial.

Portanto, o gabarito é CERTO.

Gabarito: Certo.

Situação hipotética: José, agente penitenciário, ao realizar procedimento corriqueiro de revista quando da entrada de visitantes no presídio em que se encontra lotado, percebeu que Maria, esposa de um detento, pretendia ingressar com um aparelho celular. José, então, nada fez para impedir o ingresso do aparelho.

69. Nesse caso, é correto afirmar que José deverá responder pelo crime de prevaricação imprópria.

Comentário:

Item correto, pois José, nesse caso, responderá pelo crime do art. 319-A do CP:

Art. 319-A. Deixar o Diretor de Penitenciária e/ou agente público, de cumprir seu dever de vedar ao preso o acesso a aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo: (Incluído pela Lei nº 11.466, de 2007).

Pena: detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano.

Tal delito é denominado de PREVARICAÇÃO IMPRÓPRIA pela Doutrina.
Portanto, o gabarito é CERTO.

Gabarito: Certo.

Situação hipotética: José assumiu, perante a autoridade policial, a prática de um crime de roubo majorado pelo emprego de arma de fogo, que teria sido praticado por seu irmão Ricardo, alvo central da investigação policial.

70. Nesse caso, José deverá responder pelo crime de autoacusação falsa de crime, não havendo isenção de pena em razão do parentesco.

Comentário:

Item correto, pois José deverá responder pelo crime do art. 341 do CP (autoacusação falsa de crime):

Auto-acusação falsa

Art. 341 - Acusar-se, perante a autoridade, de crime inexistente ou praticado por outrem:

Pena - detenção, de três meses a dois anos, ou multa.

O fato de José ser irmão de Ricardo não o isentará de pena, por ausência de previsão legal.
Portanto, o gabarito é CERTO.

Gabarito: Certo.

71. O crime de falso testemunho não se verifica quando a testemunha apenas cala a verdade ou nega a verdade em processo que tramita perante o juízo arbitral.

Comentário:

Item errado, pois, nesse caso, também irá se configurar o crime de falso testemunho, na forma do art. 342 do CP. Falso testemunho ou falsa perícia:

Art. 342. Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete em processo judicial, ou administrativo, inquérito policial, ou em juízo arbitral: (Redação dada pela Lei nº 10.268, de 28.8.2001)

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 12.850, de 2013) (Vigência)

O fato de se tratar de depoimento prestado em juízo arbitral em nada impede a configuração do delito, como se vê.

Portanto, o gabarito é ERRADO.

Gabarito: Errado.

72. Se determinado agente, preso ou submetido a medida de segurança detentiva, evadir-se ou tentar evadir-se, usando de violência contra a pessoa, incorrerá nas penas do crime de fuga de pessoa presa.

Comentário:

Item errado, pois, nesse caso, o agente deverá responder pelo crime de evasão mediante violência contra a pessoa, crime previsto no art. 352 do CP:

Evasão mediante violência contra a pessoa

CP, Art. 352 - Evadir-se ou tentar evadir-se o preso ou o indivíduo submetido a medida de segurança detentiva, usando de violência contra a pessoa:

Pena - detenção, de três meses a um ano, além da pena correspondente à violência.

Portanto, o gabarito é ERRADO.

Gabarito: Errado.

73. A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou paradas as circunstâncias que a originaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência, não ocorrendo, nesse caso, a retroatividade de lei mais favorável.

Comentário:

A alternativa reproduz o artigo 3º do CP. Art. 3º - “A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência”. Lei excepcional: o fato é tido como criminoso enquanto perseverarem certas condições. Lei temporária: o crime tem aplicação por prazo certo.

Portanto, o gabarito é CERTO.

Gabarito: Certo.

74. A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

Comentário:

Literalidade da lei. Veja o que diz a Constituição Federal:

Art. 5º (...) XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

Portanto, o gabarito é CERTO.

Gabarito: Certo.

75. O agente que, por circunstâncias alheias à própria vontade, não prossegue na execução do crime, só responderá pelos atos já praticados.

Comentário:

É na tentativa que o crime não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente, mas, nesse caso, ele responde pelo crime, com a pena diminuída de um a dois terços. Por sua vez, na desistência voluntária e no arrependimento eficaz, o agente desiste voluntariamente de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, o que enseja que ele só responda pelos atos já praticados.

Portanto, o gabarito é ERRADO.

Gabarito: Errado.

76. Em relação ao crime de furto, se o agente delituoso é primário e é de pequeno valor a coisa furtada, o juiz pode isentar o agente de pena.

Comentário:

Não se aplicará isenção de pena à assertiva, mas sim a substituição, diminuição ou aplicação exclusiva de multa. Vejamos: Art. 155, § 2º, CP - “Se o criminoso é primário, e é de pequeno valor a coisa furtada, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar somente a pena de multa”. Portanto, o gabarito é ERRADO.

Gabarito: Errado.

77. Em se tratando de homicídio culposo, o juiz em hipótese alguma poderá deixar de aplicar a pena, mesmo se as consequências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária.

Comentário:

A alternativa contraria o que está previsto no artigo 121, § 5º, do Código Penal. § 5º - “Na hipótese de homicídio culposo, o juiz poderá deixar de aplicar a pena, se as consequências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária”. Portanto, o gabarito é ERRADO.

Gabarito: Errado.

78. Culpabilidade é juízo de reprovabilidade que se exerce sobre uma determinada pessoa que pratica um fato típico e antijurídico, tendo como requisitos a imputabilidade, a potencial consciência da ilicitude e a exigibilidade de conduta diversa.

Comentário:

A culpabilidade está ligada à ideia de reprovação da conduta. Há culpabilidade quando a conduta praticada for reprovável. A doutrina elenca 3 requisitos para que uma conduta seja culpável: imputabilidade - que o agente seja imputável; potencial consciência da ilicitude - que o agente tenha consciência da ilicitude de sua conduta; exigibilidade de conduta diversa - que seja exigível do agente uma conduta diversa da praticada.

Portanto, o gabarito é CERTO.

Gabarito: Certo.

79. Diz-se o crime consumado, quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal.

Comentário:

O crime é considerado consumado quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal. Veja o que diz o Código Penal: Art. 14 - "Diz-se o crime: I - consumado, quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal".

Portanto, o gabarito é CERTO.

Gabarito: Certo.

80. Pelo princípio da continuidade normativa é possível reconhecer a *abolitio criminis* pela revogação da lei, se a conduta permanece típica em outro dispositivo legal.

Comentário:

Se a conduta permanece típica em outro dispositivo legal, não se pode reconhecer a *abolitio criminis*. O princípio da continuidade normativa típica ocorre quando uma norma penal é revogada, mas a mesma conduta continua sendo crime no tipo penal revogador, ou seja, a infração penal continua tipificada em outro dispositivo, ainda que topologicamente ou normativamente diverso do originário, como o crime de estupro, em que há o atentado violento ao pudor.

Portanto, o gabarito é ERRADO.

Gabarito: Errado.

Manoel ingressa na residência de José, sem consentimento deste, com a intenção de subtrair objetos de valor no interior da residência, porém desiste de cometer o furto.

81. Nesse caso, há tentativa punível de furto se a desistência de Manoel ocorreu em razão do funcionamento do sistema de alarme do imóvel.

Comentário:

Não é caso de desistência voluntária, pois “inocorre desistência voluntária se o meliante depois de já iniciado a execução do delito, percebe os riscos que assumirá caso prossiga em seu intento e, pressentindo a impossibilidade do êxito da empreitada criminosa, conclui que não tem alternativa senão fugir. A desistência voluntária somente ocorre quando não forçada por elementos circunstanciais.” (Júlio Fabbrini Mirabete)

Portanto, o gabarito é CERTO.

Gabarito: Certo.

82. De acordo com a teoria analítica do crime e seus elementos constitutivos, a tipicidade penal é afastada nas hipóteses de crime impossível e arrependimento posterior.

Comentário:

Apenas na hipótese de crime impossível (art.17 do CP) é afastada a tipicidade, tornando-se o fato atípico.

Crime Impossível

Art. 17 - Não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.

Já o instituto do arrependimento posterior é causa de diminuição de pena, nos moldes do art. 16 do CP:

Arrependimento posterior

Art. 16 - Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços.

Dessa feita, o crime impossível configura-se em uma causa de exclusão da tipicidade, pois impede a imputação do tipo ao agente em face da ausência de lesão ao bem jurídico.

Portanto, o gabarito é ERRADO.

Gabarito: Errado.

Com relação aos crimes contra a pessoa, julgue o item a seguir.

83. O homicídio doloso será qualificado, caso seja cometido por milícia privada, sob o pretexto de prestação de serviço de segurança, ou por grupo de extermínio.

Comentário:

Trata-se de uma causa de aumento de pena. Art. 121, § 6 do CP: “A pena é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado por milícia privada, sob o pretexto de prestação de serviço de segurança, ou por grupo de extermínio.”

Portanto, o gabarito é ERRADO.

Gabarito: Errado.

De acordo com os crimes patrimoniais, analise a assertiva a seguir.

84. No furto, equipara-se à coisa móvel a energia elétrica ou qualquer outra que tenha valor econômico.

Comentário:

CP, Art. 155, § 3º - “Equipara-se à coisa móvel a energia elétrica ou qualquer outra que tenha valor econômico.”

Portanto, o gabarito é CERTO.

Gabarito: Certo.

Julgue o item que segue.

85. É subsidiária a conduta de atribuir-se falsa identidade para obter vantagem, ou seja, o agente só responde por este crime se o fato não constituir elemento de infração penal mais grave.

Comentário:

CP, Art. 307 – “Atribuir-se ou atribuir a terceiro falsa identidade para obter vantagem, em proveito próprio ou alheio, ou para causar dano a outrem: Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa, se o fato não constitui elemento de crime mais grave.”

Portanto, o gabarito é CERTO.

Gabarito: Certo.

86. No âmbito do direito penal, aplica-se, em regra, o princípio do *tempus regit actum*, por meio do qual se deve aplicar a lei penal em vigor na data da prática do ato delituoso. No entanto, se a nova lei, mesmo não estando em vigor na data do crime, for mais benéfica ao acusado, deverá retroagir para ser aplicada no caso concreto.

Comentário:

Como regra, a lei vigente à época do fato é que regulará a conduta do agente praticada, tendo em vista o princípio de que o tempo rege o ato, entretanto, no caso de uma lei posterior à prática do fato que traga um benefício para o agente, como na situação apresentada, poderá ser aplicado o princípio da retroatividade, com esteio no art. 5º, XL, da CF/1988:

Art. 5º(...)

XL - a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu;

E também no art. 2º, § único, do Código Penal:

Art. 2º - Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Parágrafo único - A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

Portanto, o gabarito é CERTO.

Gabarito: Certo.

No que se refere ao direito penal, segundo entendimento do STJ, do STF e da doutrina dominante, julgue o próximo item.

87. De acordo com o princípio da territorialidade da lei penal, se um crime for cometido dentro de um navio público brasileiro, ainda que em alto-mar, o delito deverá ser julgado pela justiça brasileira.

Comentário:

O crime cometido dentro de um navio público brasileiro ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontre será considerado como tendo ocorrido em extensão do território brasileiro (Art.5º, § 1º, 1ª parte, do CP):

Art. 5º - Aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional.

§ 1º - Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar.

Cabe ressaltar que será chamado de território ficto, território por extensão ou território flutuante. Portanto, o gabarito é CERTO.

Gabarito: Certo.

No que se refere ao direito penal, segundo entendimento do STJ, do STF e da doutrina dominante, julgue o próximo item.

88. Com relação ao tempo do crime, adota-se no CP a teoria da ubiquidade.

Comentário:

Com relação ao tempo do crime, o Código Penal adota a teoria da atividade, com esteio no art. 4º do CP:

Tempo do crime

Art. 4º - Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.

A teoria da ubiquidade foi adotada no art. 6º do Código Penal quanto ao lugar do crime.

Lugar do crime (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 1984)

Art. 6º - Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.

Portanto, o gabarito é ERRADO.

Gabarito: Errado.

89. O crime de lesão corporal só admite a modalidade dolosa.

Comentário:

O crime de lesão corporal admite a modalidade dolosa, culposa (art. 129, § 6º, do CP) e preterdolosa, por exemplo, o art. 129, § 3º, do Código Penal.

Lesão corporal

Art. 129. Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem:

Pena - detenção, de três meses a um ano.

Lesão corporal seguida de morte

§ 3º Se resulta morte e as circunstâncias evidenciam que o agente não quis o resultado, nem assumiu o risco de produzi-lo:

Pena - reclusão, de quatro a doze anos.

Lesão corporal culposa

§ 6º Se a lesão é culposa: (Vide Lei nº 4.611, de 1965)

Pena - detenção, de dois meses a um ano.

Portanto, o gabarito é ERRADO.

Gabarito: Errado.

90. Mário, ao envolver-se em uma briga, lesionou Júlio. Nessa situação hipotética, Mário responderá por lesão corporal de natureza grave se tiver provocado em Júlio debilidade permanente de função, como, por exemplo, a redução da capacidade mastigatória pela perda dentária.

Comentário:

Mário responderá na forma do art. 129, § 1º, III, do Código Penal.

Art. 129. Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem:

Pena - detenção, de três meses a um ano.

Lesão corporal de natureza grave

§ 1º Se resulta:

III - debilidade permanente de membro, sentido ou função;

Portanto, o gabarito é CERTO.

Gabarito: Certo.

91. No que se refere aos crimes contra a fé pública, julgue o item seguinte. A falsificação de documento público e a falsificação de documento particular são consideradas crimes contra a fé pública, sendo a pena imputada ao primeiro tipo penal superior à do segundo.

Comentário:

Realmente, o crime de falsificação de documento público e o de falsificação de documento particular são crimes contra a fé pública. A pena do primeiro é de reclusão de 2 anos até 6 anos e multa, e a pena do segundo é de reclusão de 1 ano até 5 anos e multa, conforme os artigos 297 e 298, todos do Código Penal, a seguir:

Falsificação de documento público: Art. 297 - Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro: Pena - reclusão, de dois a seis anos, e multa.

Falsificação de documento particular: Art. 298 - Falsificar, no todo ou em parte, documento particular ou alterar documento particular verdadeiro: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa.

Portanto, o gabarito é CERTO.

Gabarito: Certo.

Ana, servidora do MP/CE, aproveitou-se do acesso que sua função pública lhe permitia para se apropriar de valores do órgão. Durante o inquérito policial, preocupada com eventual condenação, Ana ofereceu vantagem pecuniária a uma amiga que não exerce função pública, para prestar depoimento falso em seu favor, a qual assim o fez.

92. Nessa situação hipotética, a conduta de Ana ao oferecer dinheiro para que a amiga mentisse não caracteriza crime de corrupção ativa.

Comentário: Concursos

Realmente, o crime praticado por Ana é o previsto no art. 343 do Código Penal, consoante a seguir:

Art. 343. Dar, oferecer ou prometer dinheiro ou qualquer outra vantagem a testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete, para fazer afirmação falsa, negar ou calar a verdade em depoimento, perícia, cálculos, tradução ou interpretação: [...]

Portanto, o gabarito é CERTO.

Gabarito: Certo.

Acerca dos crimes contra a administração pública, julgue o item a seguir.

93. Situação hipotética: Gustavo, sabedor de um crime praticado por seu filho Cácio, procurou a autoridade policial e assumiu a autoria do delito, com o objetivo de impedir que ele fosse processado e condenado. Assertiva: Nessa situação, a conduta de Gustavo configura o tipo penal de auto acusação falsa.

Comentário:

Realmente, o crime praticado por Gustavo é o previsto no art. 341 do Código Penal, consoante a seguir:

Auto-acusação falsa:

Art. 341 - Acusar-se, perante a autoridade, de crime inexistente ou praticado por outrem:

Pena - detenção, de três meses a dois anos, ou multa.

Portanto, o gabarito é CERTO.

Gabarito: Certo.

TEXTO-BASE para os itens 94 a 97:

Situação hipotética: José, ocupante de função de direção no Tribunal de Justiça do DF, exigiu de Pedro, advogado de uma das partes em determinado processo cível, a quantia de R\$ 100,00, caso contrário, retardaria a expedição de um mandado de pagamento em favor do cliente de Pedro. Pedro aceitou a proposta indecorosa e pagou o valor exigido por José.

Atento ao caso narrado, julgue os itens seguintes:

94. José deverá responder pelo crime de concussão, consumada no momento em que exigiu a vantagem indevida, por se tratar de crime formal.

Comentário:

Item correto, pois José deverá responder pelo crime de concussão, previsto no art. 316 do CP, consumado o crime no momento em que exigiu a vantagem indevida, por se tratar de crime formal. Assim, o efetivo recebimento da vantagem exigida não é necessário para a consumação desse delito.

Concussão

Art. 316 - Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.

Portanto, o gabarito é CERTO.

Gabarito: Certo.

95. Como pagou vantagem indevida a funcionário público, Pedro deverá responder pelo crime de corrupção ativa.

Comentário:

Item errado, pois o crime de corrupção ativa não possui os verbos “DAR” ou “PAGAR” em seu tipo. O crime de corrupção ativa, previsto no art. 333 do CP, pressupõe que o particular tome a iniciativa de tentar corromper o servidor, OFERECENDO ou PROMETENDO a ele vantagem indevida. A conduta de Pedro configura fato atípico.

Corrupção ativa

Art. 333 - Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 10.763, de 12.11.2003)

Parágrafo único - A pena é aumentada de um terço, se, em razão da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou omite ato de ofício, ou o pratica infringindo dever funcional.

Portanto, o gabarito é ERRADO.

Gabarito: Errado.

96. A pena de José deverá ser aumentada em um terço por ser ele ocupante de função de direção em órgão da administração direta.

Comentário:

Item correto, pois essa é a exata previsão do art. 327, § 2º, do CP:

Art. 327 (...)

§ 2º - A pena será aumentada da terça parte quando os autores dos crimes previstos neste Capítulo forem ocupantes de cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público. (Incluído pela Lei nº 6.799, de 1980)

Portanto, o gabarito é CERTO.

Gabarito: Certo.

97. Ainda que o valor exigido seja considerado inferior a um décimo do salário mínimo vigente à época do fato, não será cabível a aplicação do princípio da insignificância em favor de José.

Comentário:

Item correto, pois não se aplica o princípio da insignificância aos crimes contra a administração pública, conforme entendimento sumulado do STJ.

Súmula 599 STJ: O princípio da insignificância é inaplicável aos crimes contra a administração pública.

Portanto, o gabarito é CERTO.

Gabarito: Certo.

TEXTO-BASE para os itens 98 a 100:

Situação hipotética: Durante uma discussão por conta de desavenças futebolísticas em um bar localizado na Asa Norte (Brasília-DF), José agrediu Pedro com socos e pontapés. Em razão das agressões, Pedro foi levado imediatamente para o hospital. José empreendeu fuga, recusando-se a prestar socorro à vítima. Pedro, por conta das lesões, ficou com debilidade permanente na função mastigatória, em razão da perda dentária.

Atento ao caso narrado, julgue os itens seguintes:

98. Assertiva: José deverá responder pelo crime de lesão corporal grave, ante a debilidade permanente de função.

Comentário:

Item correto, pois a debilidade permanente de função é hipótese que configura lesão corporal grave, na forma do art. 129, § 1º, III, do CP:

Art. 129. Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem:

Pena - detenção, de três meses a um ano.

§ 1º Se resulta:

(...)

III - debilidade permanente de membro, sentido ou função;

Portanto, o gabarito é CERTO.

Gabarito: Certo.

99. Assertiva: Como José fugiu para evitar a prisão em flagrante, sem ter prestado socorro, sua pena será aumentada de um terço.

Comentário:

Item errado, pois tal hipótese de aumento de pena só se aplica ao caso de lesão corporal culposa.

Art. 129 (...)

§ 7º Aumenta-se a pena de 1/3 (um terço) se ocorrer qualquer das hipóteses dos §§ 4º e 6º do art. 121 deste Código.

[...]

Art. 121 (...)

§ 4º No homicídio culposo, a pena é aumentada de 1/3 (um terço), se o crime resulta de inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício, ou se o agente deixa de prestar imediato socorro à vítima, não procura diminuir as consequências do seu ato, ou foge para evitar prisão em flagrante. Sendo doloso o homicídio, a pena é aumentada de 1/3 (um terço) se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 (quatorze) ou maior de 60 (sessenta) anos. (Redação dada pela Lei nº 10.741, de 2003)

Assim, como o art. 129, § 7º, manda aplicar o art. 121, § 4º, tal previsão deve seguir a mesma lógica do homicídio, ou seja, só se aplica ao homicídio culposo.

Portanto, o gabarito é ERRADO.

Gabarito: Errado.

100. Assertiva: Se ficar comprovado que Pedro era policial civil da PCDF, a pena de José será aumentada de um a dois terços.

Comentário: Concursos

Item errado, pois tal hipótese de aumento de pena em razão da função da vítima só se verifica quando o crime é praticado no exercício da função ou em decorrência dela, na forma do art. 129, § 12, do CP:

Art. 129 (...)

§ 12. Se a lesão for praticada contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição, a pena é aumentada de um a dois terços. (Incluído pela Lei nº 13.142, de 2015)

Portanto, o gabarito é ERRADO.

Gabarito: Errado.

O que você achou deste e-book?

Sua opinião é muito importante para nós! Conte-nos como foi sua experiência de estudo com este e-book.

<https://forms.gle/2wX6PbeYVn6t2qnH8>

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

Conheça nosso sistema de questões!

O Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>

